

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

CARGO 2:
AUDITOR DE
CONTROLE EXTERNO

ÁREA:
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

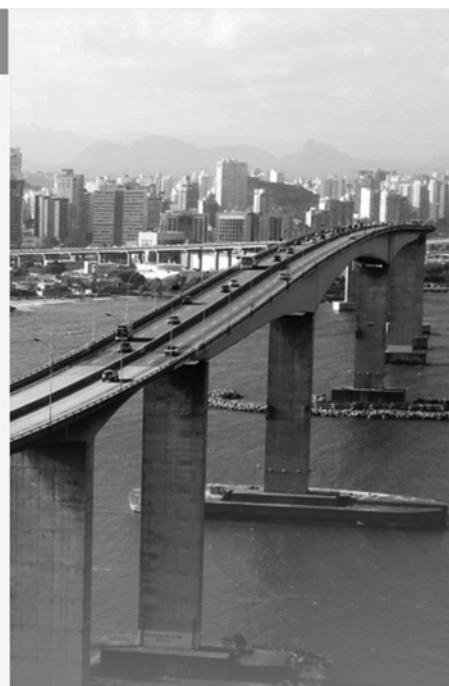
Aplicação: 14/10/2012



Caderno de Provas Objetiva P_2 e Discursiva P_4

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Os fatos devem provar a bondade das palavras.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA P₂ — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação ao ambiente em que são realizados os procedimentos contábeis, julgue os itens a seguir.

- 91 Em um mesmo período, o efeito líquido das variações provocadas pela inflação sobre a expressão monetária dos itens patrimoniais é uniforme entre as diversas empresas de um mesmo segmento econômico.
- 92 Denomina-se passivo a descoberto a situação em que o total de exigibilidades supera o total de bens e direitos, implicando na inexistência de patrimônio líquido.
- 93 A inflação afeta, principalmente, a expressão monetária dos itens não monetários.
- 94 Compreende-se a avaliação de custo corrente como a mensuração dos passivos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa não descontados necessários à liquidação da obrigação na data de balanço.

Com relação à contabilidade de custos, importante ferramenta para a apuração de resultados e para a gestão empresarial, julgue os itens que se seguem.

- 95 A mão de obra direta pode ser classificada como custo primário — juntamente com a matéria-prima — e como custo de conversão — juntamente com os custos gerais de fabricação.
- 96 Departamento consiste na unidade mínima administrativa — representada, em geral, por homens e máquinas — em que são contabilizados os custos e o setor em que são desenvolvidas atividades homogêneas.
- 97 A metodologia de custeio variável, apesar de amplamente utilizada para fins gerenciais, não pode ser utilizada no Brasil para fins de publicação societária ou de apuração fiscal.
- 98 Define-se custeio integral como a metodologia de custeio em que tanto os custos variáveis como os custos fixos são atribuídos aos objetos de custo.

caixa e equivalentes de caixa	100
duplicatas a receber	100
duplicatas descontadas	40
estoques	300
instalações e equipamentos	200
depreciação acumulada	50
fornecedores	180
empréstimos bancários circulantes	90
tributos a recolher	100
financiamentos de longo prazo	210
vendas brutas	1.000
impostos sobre vendas	260
custo da mercadoria vendida	300
despesas operacionais	180

Considerando a tabela acima, em que são apresentados os dados hipotéticos, em \$, de determinada empresa, e que a alíquota do IR e a contribuição sobre o lucro líquido dessa empresa sejam de 34%, sendo estes os únicos dados significativos para fins de levantamento de balanço e apuração do resultado do exercício, julgue os itens seguintes.

- 99 O lucro líquido do exercício é superior a 15% do valor das vendas brutas.
- 100 Caso dois terços dos custos e despesas da empresa sejam variáveis, um aumento de 10% em sua receita de vendas gerará um aumento de mais de 25% em seu lucro operacional líquido.
- 101 A capacidade de a empresa pagar seus compromissos de curto prazo sem a venda de seus estoques é superior a 0,45.
- 102 Antes de apurado o resultado do exercício corrente, a empresa apresentava-se com passivo a descoberto.
- 103 O capital circulante líquido da empresa é negativo no período.
- 104 O ativo total dessa empresa soma \$ 610.

RASCUNHO

dia	evento	quantidade
1	saldo inicial	5
5	compra	10
15	compra	5
20	venda	17

RASCUNHO

Considerando a tabela acima, em que são apresentadas as movimentações do estoque de determinada empresa, e que as notas fiscais de compra relativas aos dias 5 e 15 montavam, respectivamente, \$ 250 e \$ 131, inclusos os 16% de ICMS recuperável, bem como que cada unidade do estoque inicial custava \$ 20, julgue os itens subsequentes.

- 105** O valor do ICMS na compra foi superior a \$ 60.
- 106** A diferença absoluta entre o custo unitário da mercadoria apurado pelo PEPS e o custo unitário da mercadoria apurado pelo UEPS será superior ao dobro da diferença absoluta entre o custo unitário da mercadoria apurado pelo UEPS e o custo unitário da mercadoria apurado pela média ponderada móvel.
- 107** Caso a referida empresa empregue o método da média ponderada móvel para o controle de seus estoques, o custo total da mercadoria vendida no dia 20 será inferior a \$ 360.

Considerando que uma empresa industrial consome 60% de sua receita de vendas com seus custos variáveis, possuindo uma margem de contribuição unitária de \$ 30, e que essa empresa obtenha um lucro operacional líquido de \$ 12.000 com a venda de 10.000 unidades, julgue os próximos itens.

- 108** A empresa atinge o ponto de equilíbrio contábil com o faturamento de \$ 700.000.
- 109** É necessário que essa empresa triplique o volume de vendas para que obtenha um lucro três vezes maior do que o atual sem alterar sua estrutura de custos ou seus preços.
- 110** O faturamento dessa empresa é superior a \$ 740.000.

Com relação às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, julgue os itens que se seguem.

- 111** Inclui-se entre as finalidades do controle interno sob o enfoque contábil conformar o registro contábil aos empenhos emitidos por uma unidade gestora.
- 112** O fluxo de caixa das operações no setor público compreende os ingressos e os desembolsos qualificados como investimento ou financiamento.
- 113** Os registros, processamentos e evidenciações dos custos de bens e serviços produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública são finalidades do subsistema de informações patrimoniais.

A respeito do plano de contas aplicado ao setor público, julgue os próximos itens.

- 114** O sétimo nível da conta contábil é o maior nível de detalhamento que poderá ser utilizado pela União, estados e municípios.
- 115** A inscrição de restos a pagar deve ser contabilizada na classe 5: controles da aprovação do planejamento e orçamento.

No que se refere a orçamento público, julgue os itens subsequentes.

- 116** Entre as dez áreas temáticas em que é dividido o projeto de lei orçamentária encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional inclui-se a dos Poderes do Estado e Representação.
- 117** Utiliza-se a modalidade de aplicação 90 — aplicação direta — para os créditos alocados à unidade orçamentária ou oriundos de descentralização, na mesma esfera de governo, de outras entidades integrantes, ou não, dos orçamentos fiscal e de seguridade social.
- 118** Segundo a Lei n.º 4.320/1964, do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior e a ser utilizado como fonte de abertura de um crédito adicional especial devem ser subtraídos os créditos extraordinários abertos no exercício.
- 119** As ações orçamentárias que constam no plano plurianual do governo federal do período 2012-2015 devem ser identificadas por um código alfanumérico de oito dígitos e classificadas em projetos, atividades e operações especiais.

A respeito de receita pública, dívida ativa e da conta única do Tesouro, julgue os itens seguintes.

- 120** A Conta Única do Tesouro Nacional é mantida junto ao BACEN e operacionalizada, exclusivamente, pelo Banco do Brasil, via SIAFI, por meio de ordem bancária.
- 121** Na elaboração da previsão da receita, estágio da etapa de planejamento, devem ser considerados os efeitos da variação do índice de preços e do crescimento econômico.
- 122** Incluem-se tanto na natureza tributária da dívida ativa quanto na não tributária os créditos da fazenda pública provenientes de obrigações legais relativas a tributos e respectivas multas.
- 123** As receitas decorrentes da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional fazem parte da receita primária do orçamento fiscal e da seguridade social.
- 124** A destinação de recursos obtidos com a receita de capital oriunda da alienação de ativos é um dos objetos de fiscalização dos tribunais de contas.

Em relação a suprimento de fundos e despesas de exercícios anteriores, julgue os próximos itens.

- 125** O reconhecimento pelo ordenador de despesa, após o encerramento do exercício financeiro, de obrigação de pagamento criada em virtude de lei permite o seu empenho como despesas de exercícios anteriores, emitido em grupo de natureza de despesa específico para esse tipo de despesa.
- 126** Caso seja constatada, em unidade gestora do governo federal, ao final do prazo de aplicação, a existência de saldo não aplicado em poder do agente suprido, o respectivo valor deverá ser recolhido à Conta Única do Tesouro Nacional, por intermédio de guia de recolhimento da União.

Acerca da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), julgue os itens a seguir.

- 127** A CIDE relativa ao financiamento do programa de estímulo à interação universidade-empresa para o apoio à inovação não incide sobre a remuneração paga a residentes no exterior por cessão e licença de uso de programa de computador sem a transferência da correspondente tecnologia.
- 128** A receita oriunda da avaliação de títulos e valores mobiliários registrada pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em decorrência da valorização a preço de mercado no que exceder ao rendimento produzido até a referida data somente é computada na base de cálculo da COFINS quando da alienação dos respectivos ativos.
- 129** A pessoa jurídica optante pelo SIMPLES que passa a ser tributada com base no lucro real, na hipótese de sujeitar-se à incidência não cumulativa da COFINS, não tem direito ao aproveitamento do crédito presumido calculado sobre o estoque de abertura na data da mudança do regime de tributação adotado para fins de imposto de renda.
- 130** A CIDE incidente sobre a comercialização no mercado interno de gasolina não integra a receita bruta do vendedor.
- 131** Pode ser deduzido do valor da CIDE incidente sobre a comercialização no mercado interno de diesel o valor pago a mesmo título quando da aquisição deste produto de outro contribuinte.

Com relação aos programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público (PIS/PASEP) e às participações governamentais, julgue os itens seguintes.

- 132** A compensação financeira pela exploração de recursos minerais para fins de aproveitamento econômico devida aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é calculada sobre o valor total das receitas de vendas — excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de transporte e as de seguros — obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial.
- 133** Integram a base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP incidente sobre a folha de salários o aviso prévio indenizado, o fundo de garantia por tempo de serviço pago diretamente ao empregado na rescisão contratual e a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais.
- 134** A União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e respectivas autarquias são contribuintes do PIS/PASEP incidente sobre as receitas correntes arrecadadas e sobre as transferências correntes e de capital recebidas.
- 135** A participação especial sobre a produção de petróleo e de gás natural é apurada sobre a receita bruta da produção, deduzidos apenas os investimentos na exploração e os custos operacionais.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e à contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

- 136** Deve ser excluído da base de cálculo da CSLL o valor dos dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica a ser executado por instituição científica e tecnológica registrado como despesa ou custo operacional.
- 137** As pessoas jurídicas que optam pela apuração e pelo pagamento do IRPJ com base no lucro presumido devem apurar a base de cálculo da CSLL conforme esse regime de incidência.
- 138** À pessoa jurídica sujeita à apuração da CSLL com base no resultado arbitrado em determinado ano-calendário não é assegurada a incidência da CSLL com base no resultado ajustado relativa aos trimestres não submetidos ao arbitramento, ainda que disponha de escrituração exigida pela legislação comercial e fiscal nestes períodos.
- 139** Para efeitos de apuração do lucro real, o valor dos juros sobre o capital próprio é considerado creditado quando a despesa for paga ou creditada ao acionista da sociedade, independentemente do registro contábil.
- 140** O regime tributário de transição de apuração do lucro real, que visa à neutralidade tributária, vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

A respeito do imposto de renda retido na fonte (IRRF) e do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), julgue os próximos itens.

- 141** Sujeita-se à incidência de IRRF o rendimento percebido por garimpeiros na venda de metais preciosos, pedras preciosas e semipreciosas por eles extraídos a empresas legalmente habilitadas.
- 142** O valor da pensão alimentícia não utilizado como dedução no próprio mês de seu pagamento pode ser deduzido nos meses subsequentes da base de cálculo sujeita à incidência mensal de IRRF.
- 143** Aos bens com conteúdo de importação superior a 40% e com similar nacional aplicar-se-á, somente a partir de 2013, a alíquota de 4% em relação ao ICMS.
- 144** O valor recebido por empregado a título de participação nos lucros ou resultados sofre incidência de IRRF, que é tributado juntamente com os demais rendimentos recebidos no mês.

Considerando a atuação governamental no que se refere à administração orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

- 145** O orçamento-programa consagra o princípio de que o gasto público deve estar vinculado a uma finalidade.
- 146** Se, em determinado exercício, a arrecadação tributária de determinado ente federativo não alcançar o volume de recursos previstos na lei orçamentária anual, não haverá possibilidade de esse ente atender ao princípio do equilíbrio orçamentário.
- 147** A diferença entre a arrecadação própria dos governos municipais e as necessidades de gasto desses governos tende a se tornar cada vez maior.

No que diz respeito aos principais instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes.

- 148** A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve conter a demonstração da evolução do patrimônio líquido governamental nos últimos três exercícios, destacando-se a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- 149** Suponha que determinado governo estadual desenvolva, sem a inclusão de despesas de capital, um programa permanente destinado a conceder incentivos à permanência dos alunos nos cursos de ensino médio até a sua conclusão. Nesse caso, para que o programa seja colocado em prática, não será necessária a sua previsão no plano plurianual.

A correta execução do programa de trabalho expresso na lei orçamentária pressupõe a existência de um arcabouço técnico e conceitual muito bem definido. Com relação a esse assunto, julgue os seguintes itens.

- 150** Se a lei orçamentária anual não for aprovada até o final do exercício anterior ao da sua vigência, o Poder Executivo estará autorizado a executar as dotações constantes da proposta apresentada ao Poder Legislativo, até o limite de um doze avos por mês.
- 151** A classificação institucional da despesa orçamentária, uma vez instituída, deve servir de base para todos os exercícios financeiros seguintes, até que venha a ser alterada por norma competente futura.
- 152** Se a União instituir um plano nacional de prevenção de desastres naturais, esse plano deverá estar obrigatoriamente submetido às regras, metas e objetivos estabelecidos no plano plurianual.

Acerca da programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens a seguir.

- 153** Se o Poder Executivo enviar ao Poder Legislativo projeto de lei com o objetivo de transferir recursos do orçamento de um programa destinado a propagandas institucionais para um programa destinado à promoção da saúde pública, essa transferência somente poderá ser aprovada se tiver sido previamente autorizada.
- 154** Se a Lei Orçamentária Anual for aprovada sem a previsão de despesas relacionadas a precatórios judiciais regularmente inscritos nos termos da legislação vigente, então o Poder Executivo não poderá abrir crédito extraordinário com o objetivo de pagar tais precatórios.
- 155** Se determinado item da programação orçamentária relativo aos recursos destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde apresentar saldo positivo ao final de determinado exercício, o saldo deve reverter à conta única do Tesouro Nacional, constituindo receita de capital para o exercício seguinte.
- 156** A utilização do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), na modalidade de uso total, é obrigatória para os órgãos da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Julgue os próximos itens, relativos à receita pública.

- 157** Quando determinado órgão público inscreve uma obrigação legal relativa a tributos na dívida ativa, todos os respectivos adicionais e multas correspondentes a essa obrigação integram o conceito de dívida ativa tributária.
- 158** Os valores cobrados dos cidadãos pelo serviço de abastecimento de água constituem exemplo de receita derivada.

Com relação aos conceitos de despesa pública, julgue os itens que se seguem.

- 159** Se a inscrição de determinada despesa em restos a pagar for cancelada, ela somente poderá ser paga, no futuro, à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.
- 160** Se determinado suprimento de fundos for concedido no regime especial de execução, então o respectivo cartão de pagamentos poderá ser utilizado na modalidade de saque.
- 161** As transferências da União para os estados, municípios e Distrito Federal decorrentes da repartição das receitas tributárias constituem, obrigatoriamente, receitas correntes.
- 162** Se determinado hospital público assinar contrato com empresa sediada no exterior para o fornecimento de equipamento de ressonância magnética e, até o final do exercício em que o contrato tenha sido assinado, o equipamento ainda não tiver sido fornecido, os recursos correspondentes a essa compra não poderão ser inscritos em restos a pagar.

Julgue os próximos itens, relativos à auditoria.

- 163** O objetivo da auditoria de gestão é evidenciar as melhorias e as economias feitas no processo de gerenciamento, a fim de que seja evitado o surgimento de obstáculos ao cumprimento das atividades da instituição.
- 164** A veracidade do conteúdo das informações comprobatórias das conclusões de auditoria fornecidas pelos órgãos e entidades auditadas é de responsabilidade exclusiva do auditor governamental.
- 165** Os efeitos reais do achado de auditoria, resultantes da divergência entre a situação encontrada e o critério utilizado para avaliá-la, correspondem às consequências concretas, positivas ou negativas, da auditoria para o órgão ou entidade, assim como para o erário ou a sociedade. Os efeitos potenciais, por sua vez, diferentemente dos reais, são aqueles que podem não se concretizar.
- 166** Nos exames realizados na auditoria de regularidade, devem ser respeitados, além do princípio da legalidade, os critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, ética e proteção ao meio ambiente.

A respeito de métodos, técnicas, procedimentos e instrumentos de controle, julgue os itens de **167** a **171**.

- 167** A evidência de auditoria obtida diretamente de fonte externa é considerada mais confiável do que a evidência obtida internamente.
- 168** Denomina-se indagação escrita ou oral a técnica de auditoria por meio da qual a verificação é realizada junto a fontes externas ao auditado.
- 169** Denomina-se corte de operações ou *cut off* a técnica de auditoria representada pelo corte interrupto das operações ou transações, para a apuração da dinâmica de um procedimento de forma seccionada.

170 A autorização, a execução, o controle e a contabilização das compras governamentais devem ser realizados preferencialmente por um mesmo setor, com o objetivo de aprimorar os resultados do controle interno da entidade.

171 O auditor é responsável pela revisão do controle de qualidade da auditoria que executa, devendo avaliar os julgamentos e as conclusões constantes de seu relatório.

Com base nas Normas de Auditoria Governamental, julgue os itens a seguir.

- 172** A natureza do conteúdo da documentação de auditoria caracteriza-se como corrente ou permanente, sendo o plano de contas um exemplo de documento de natureza permanente.
- 173** O ciclo de trabalhos de uma auditoria governamental é finalizado com a produção do relatório da auditoria.
- 174** A documentação de auditoria é um registro que pode ser utilizado na avaliação do desempenho dos profissionais de auditoria e de provas, caso haja processos administrativos e judiciais contra esses profissionais.
- 175** A documentação de conteúdo corrente das auditorias de regularidade abrange, em geral, apenas um exercício.

Julgue o item abaixo, referente à amostragem estatística.

176 Caso se verifique, na avaliação dos resultados de uma amostra, mediante o emprego do teste de controle, que a taxa de desvios da amostra é maior que a taxa tolerável de desvio, então a amostragem selecionada é falha.

Com relação à estrutura e ao funcionamento do controle na administração pública, julgue os itens seguintes.

- 177** A auditoria coordenada pelo sistema de controle interno do Poder Executivo federal e, de forma auxiliar, pelos órgãos e(ou) instituições públicas ou privadas é classificada, quanto à forma de execução, como indireta e compartilhada.
- 178** A Secretaria Federal de Controle, órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo federal, abrange, em sua área de atuação, todos os órgãos do Poder Executivo federal, realizando auditorias e fiscalizações.

Com base nas instruções normativas do Tribunal de Contas da União relativas à tomada de contas especial, julgue os itens subsequentes.

- 179** Cabe ao administrador público federal determinar imediatamente a instauração de tomada de contas especial, caso tome conhecimento da não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio ou instrumento congênere.
- 180** Juros moratórios e outros encargos não devem incidir sobre o valor referente ao ressarcimento de bem desaparecido ou desviado, assim como não deve ser feita a atualização monetária desse valor.

PROVA DISCURSIVA P_4 — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Em cada uma das questões a seguir, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

QUESTÃO 3

Atualmente, um dos objetivos centrais da contabilidade no Brasil é permitir que as demonstrações financeiras elaboradas pelas empresas facilitem a formação de opinião dos agentes econômicos que interagem com elas, possibilitando-lhes uma boa visão sobre a situação econômica e financeira dos negócios. No processo de construção de opinião crítica sobre a situação de determinada empresa, desempenha papel central a análise das demonstrações contábeis com suas técnicas de análise horizontal e vertical, e a construção de indicadores para cada necessidade específica. Esse instrumental possibilita a antevista da situação de liquidez e endividamento da empresa, de sua capacidade de geração de caixa e de seu poder de geração de retorno para os investidores.

Em face do texto acima, meramente motivador, discorra sobre a análise das demonstrações contábeis, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ metodologia e utilidade das análises horizontal e vertical das demonstrações contábeis; [valor: 2,50 pontos]
- ▶ relação entre balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício na construção de indicadores; [valor: 4,00 pontos]
- ▶ estrutura, metodologia e contribuição da fórmula Du Pont para a avaliação do desempenho empresarial. [valor: 3,00 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 4

Definido fundamentalmente nos artigos 165 a 169 da CF, o modelo orçamentário brasileiro não estabelece a obrigatoriedade de se executar tudo o que seja definido no orçamento, sendo desnecessário pedir autorização ao Congresso Nacional para não implementar determinada despesa. Há os que atribuem à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) a responsabilidade de ter introduzido o orçamento impositivo no Brasil, pois o único caso que justificaria a não implementação integral do orçamento seria o da dificuldade no alcance das metas fiscais. Nas demais situações, a execução dos créditos orçamentários seria obrigatória. Tal entendimento, contudo, não é o que tem prevalecido. Na prática, não se observam alterações — desde o advento da LRF — no modo de proceder do Poder Executivo com relação à implementação, ou não, de determinados créditos orçamentários. Prevalece a interpretação de que o orçamento é meramente autorizativo e que determinado crédito orçamentário pode não ser executado por discricionariedade do Poder Executivo.

Edilberto C. Pontes Lima. **Algumas observações sobre o orçamento impositivo no Brasil**. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, n.º 26, Brasília: IPEA (com adaptações).

Considerando o texto acima como meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

O ORÇAMENTO PÚBLICO IMPOSITIVO NO BRASIL

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ mudanças institucionais necessárias para o orçamento impositivo; [valor: 3,50 pontos]
- ▶ impacto sobre as relações existentes entre os Poderes da República; [valor: 3,00 pontos]
- ▶ repercussões sobre os processos de controle de contas. [valor: 3,00 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos